

VOZ DO EMPRESÁRIO

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

“Há contradições entre a Lei e o Regulamento, não assegurando a necessária garantia de segurança jurídica como é necessário no Direito”

- denuncia José Caldeira



**Porto de Maputo
avança com
investimentos
de cerca de
500 milhões de
dólares**

03



**Falta de divisas
pressiona
resultados do
Standard Bank
Moçambique**

04



**Pequenas e
Médias Empresas
apontam o
Estado como
“Maior Devedor”**

05

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

“Há contradições entre a Lei e o Regulamento, não assegurando a necessária garantia de segurança jurídica como é necessário no Direito”

- denuncia José Caldeira



José Caldeira, PCA da Bussiness&Legal

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) da Bussiness&Legal, José Caldeira, afirmou recentemente que a legislação actualmente em vigor sobre as Parcerias Público-Privadas (PPP) não é clara o suficiente e apresenta algumas contradições entre a Lei e o Regulamento, não assegurando a necessária garantia de segurança jurídica como é necessário no Direito, de modo a assegurar maior previsibilidade e confiança para investidores e financiadores. “Trata-se de legislação redigida em termos gerais e de forma não muito clara, com algumas contradições entre a Lei e o Regulamento, não assegurando a necessária garantia de segurança jurídica como é necessário no Direito. Talvez seja de considerar não ter esta matéria num só instrumento legal,” disse.

Caldeira discursava na 2ª Edição da Conferência sobre PPPs, onde defendeu que este modelo de investimento só terá sucesso se for sustentado por

quadros legais e institucionais claros, transparência, capacidade técnica e uma forte cultura de prestação de contas.

“Esta conferência constitui, por isso, um espaço privilegiado para reflectirmos de forma prática e responsável sobre: Como fortalecer a legislação e governação das PPP; Como melhorar os processos de preparação, avaliação e aprovação de projectos; Como reforçar a confiança entre o sector público, o sector privado e a sociedade; Como assegurar que as PPP geram benefícios tangíveis e duradouros para os cidadãos e para o país.” Explicou o PCA da Bussiness&Legal.

Segundo José Caldeira, Moçambique tem também o desafio de acesso a informação estruturada, num cenário onde a economia mostra um grande potencial de receber investimentos nos sectores de Petróleo e Gás, do Agro-

negócio, Indústria e Turismo, Saúde e outros. Sendo que a intervenção dos investidores nestes sectores exige um conhecimento profundo sobre o clima económico e o quadro legal que regula cada sector específico.

Em 2011, através da Lei 15/2011 de 10 de Agosto, foi criado um quadro legal que permite o maior envolvimento de parceiros e investidores privados em parcerias público-privadas (PPP), Projectos de Grande Dimensão (PGD) e Concessões Empresariais (CE), uma maior eficiência, eficácia e qualidade no uso de recursos e outros bens nacionais, eficácia no fornecimento de bens e serviços para a sociedade, bem como a partilha equitativa dos respectivos benefícios.

O advogado explicou que o objectivo dessa lei é estabelecer regras para o processo de contratação, execução e acompanhamento de parcerias pú-

blico-privadas, projectos de grande dimensão e concessões empresariais. Essa lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto 16/2012 de 4 de Junho. No entanto, estes dois instrumentos legais não são de fácil interpretação, sendo, em muitos casos, difícil dizer se determinado projecto se classifica como PPP, PGD ou CE. Não são um incentivo à listagem de empresas concessionárias de recursos minerais na Bolsa de Valores de Moçambique, quando, por exemplo, introduzem normas de avaliação de acções contrárias às regras do mercado

Para Caldeira, as PPPs, quando correctamente estruturadas, permitem: Alinhar melhor alinhar investimentos de longo prazo com prioridades nacionais; Promover eficiência operacional e inovação; Repartir riscos de forma equilibrada entre o sector público e o privado; Assegurar maior previsibilidade e confiança para investidores e financiadores.

No entanto, estas parcerias só terão sucesso se forem sustentadas por quadros legais e institucionais claros, transparência, capacidade técnica e uma forte cultura de prestação de contas.

O PCA da Business&Legal concluiu afirmando que Moçambique tem as condições necessárias para consolidar um portefólio de PPP mais maduro, transparente e competitivo, capaz de atrair parceiros de qualidade e financia-

mento de longo prazo. Para isso, é essencial reforçar o diálogo institucional, partilhar experiências e aprender com as melhores práticas regionais e internacionais.

Business&Legal lança plataforma digital de networking empresarial e inteligência de mercado

A Revista Business&Legal acaba de lançar o InfoCompanies, uma plataforma digital concebida para aumentar a visibilidade e atrair clientes e fornecedores para as empresas moçambicanas. O lançamento esteve inserido nas actividades da II Edição da Conferência sobre Parcerias Público-Privadas.

Trata-se de uma ferramenta que funciona como um diretório inteligente concebido para transformar a forma como as empresas em Moçambique se conectam, fazem negócios e encontram oportunidades.

Falando no acto da apresentação da plataforma, o Director Geral da Business&Legal, Edson Chichongue, explicou que mais do que um simples diretório, o InfoCompanies afigura-se como plataforma de intercâmbio empresarial e inteligência de mercado, que reúne, num único ecossistema, empresas que procuram oportunidades e empresas que oferecem soluções, produtos e serviços.

“O Infocompanies é uma plataforma que reúne aqueles que procuram e os que oferecem oportunidades de negócios, facilita a ligação entre empresas de diferentes sectores, permitindo que organizações encontrem parceiros comerciais, fornecedores, clientes e investidores de forma rápida e eficiente,” destacou Edson Chichongue.

De acordo com a apresentação feita pelo Director Geral da Business&Legal, a plataforma poderá integrar notícias, tendências sectoriais, oportunidades de financiamento e informação estratégica para apoiar a tomada de decisão empresarial, funcionando como um hub de oportunidades, onde as empresas podem: Consultar e partilhar concursos públicos e privados; Publicar e aceder a oportunidades de fornecimento e procurement; Divulgar chamadas para parcerias, investimentos e subcontratações; Identificar novas possibilidades de expansão comercial.

A iniciativa que conta com a parceria da Business Connexion Mozambique (BCX), da Câmara de Comércio de Moçambique (CCM) e da Agência para Promoção de Importações e Exportações (APIEX), integra-se na missão da Business&Legal de impulsionar a economia moçambicana, promovendo a divulgação de informação útil, oportunidades de negócio e advocacia empresarial.

Porto de Maputo avança com investimentos de cerca de 500 milhões de dólares



A Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo (MPDC) anunciou o cumprimento dos compromissos assumidos com o Governo moçambicano, no âmbito da extensão do contrato de concessão, estando em curso investimentos avaliados em cerca de 500 milhões de dólares na primeira fase do processo de expansão da infra-estrutura.

Falando à margem da 9ª Conferência Bi-Anual do Porto de Maputo, sul do país, que decorreu sob o lema “Porto de Maputo: Alinhado com o Corredor, a Construir o Futuro”, o director-executivo da MPDC, Osório Lucas, explicou que os projectos em curso incluem a ampliação de vários terminais e a modernização de infra-estruturas estratégicas.

“O nível de conforto que temos é que estamos a cumprir na íntegra aquilo que foram os planos de desenvolvimento, incluindo a expansão do terminal de carga geral, do terminal de contentores e do terminal de carvão na Matola”, afirmou.

Segundo o responsável, a primeira fase dos investimentos decorre entre 2024 e finais de 2027 e deverá permitir consolidar a capacidade operacional do porto.

“Estamos a falar de uma estimativa de cerca de 500 milhões de dólares nestes três a quatro anos, sendo que a expansão do terminal de contentores e do terminal de carvão deverá estar concluída no primeiro trimestre de 2027”, explicou.

Lucas acrescentou que, no quadro das obras previstas, será igualmente iniciada ainda este ano a reabilitação de cerca de 400 metros de cais, entre os cais 2 e 4, bem como o lançamento de um concurso para a realização de estudos visando o aprofundamento do canal de acesso ao porto.

Apesar da instabilidade internacional, o responsável reconheceu que o conflito no Médio Oriente já começa a ter reflexos na actividade portuária, ainda que de forma limitada.

“Ainda que reduzidos, os impactos fazem-se sentir sobretudo no aumento do custo de frete dos navios, influenciado pelo preço dos combustíveis, e em alguns atrasos no manuseamento de navios de carga geral”, disse.

Segundo Lucas, os atrasos resultam, em parte, de dificuldades no abastecimento de combustível para camiões

responsáveis pelo transporte de mercadorias do porto para os armazéns.

“De uma forma geral ainda não percebemos um impacto muito grande, mas estamos atentos e a desenhar planos de contingência para responder a eventuais impactos”, acrescentou.

Ainda assim, o director-executivo assegurou que o desempenho do porto continua positivo e que os accionistas mantêm o compromisso com os investimentos previstos.

“Temos a confirmação dos nossos accionistas de que o plano de investimento vai continuar, independentemente do cenário que se faz sentir agora no Médio Oriente”, afirmou.

No âmbito do reforço da capacidade operacional, o porto deverá receber ainda este ano duas novas gruas móveis adquiridas ao fabricante Liebherr, avaliadas em cerca de 13 milhões de dólares.

“As gruas chegam no terceiro trimestre, entre Julho e Setembro. Cada uma tem capacidade de 65 toneladas e permitirá manusear cerca de 400 toneladas por hora, o que vai acelerar significativamente o nosso crescimento”, explicou.

COM LUCROS A CAÍREM 26%

Falta de divisas pressiona resultados do Standard Bank Moçambique



O Standard Bank Moçambique, um dos três maiores bancos moçambicanos, comunicou que os seus lucros recuaram 26% em 2025, para 4,5 mil milhões de meticais (69,8 milhões de dólares), afetados pelo risco soberano e falta de divisas.

De acordo com um documento citado pela Agência Lusa, em 2024 os lucros líquidos do Standard Bank Moçambique fixaram-se em 6,1 mil milhões de meticais (96,8 milhões de dólares), o nível mais baixo em três anos, após 7,1 mil milhões de meticais (112,7 milhões de dólares) em 2023 e 6,8 mil milhões de meticais (107,9 milhões de dólares) em 2022.

No relatório e contas, a instituição refere que a administração propôs a distribuição de 60% dos lucros de 2025 em dividendos aos accionistas, equivalente a 2,7 mil milhões de meticais (41,8 milhões de dólares).

O banco assinala que, no período em análise, “continuou a demonstrar resiliência face a desafios significativos em 2025,

mas o desempenho foi condicionado sobretudo por factores macroeconómicos, tais como o elevado risco soberano, os efeitos negativos da descida das taxas de juro, a disponibilidade limitada de divisas e a contracção do crédito”.

“Os nossos resultados reflectem o sucesso da nossa estratégia de maior proximidade com os clientes. Isto permite-nos responder às suas necessidades de forma proactiva, o que é fundamental para cumprir a nossa promessa de apoiar as ambições que impulsionam o crescimento do país”, acrescenta o banco, sublinhando ainda que “em linha com as expectativas, o retorno sobre o capital próprio (ROE) também registou uma queda, para 17,7%”.

A Lusa recorda que, ao longo de 2025, o Banco de Moçambique reduziu em 325 pontos base a taxa de juro de referência MIMO, que encerrou o ano em 9,5%. “A oferta limitada de divisas perturbou as importações de bens intermédios, limitou a expansão do sector privado e reduziu o crescimento fora do sector ex-

tractivo em Moçambique, com impacto directo na procura de crédito.”

Ainda assim, o banco sublinha que o balanço manteve sinais de resiliência, com o total de activos a crescer 8,7%, para 193,8 mil milhões de meticais (3 mil milhões de dólares), incluindo 32,4 mil milhões de meticais (502,3 milhões de dólares) em crédito a clientes, praticamente inalterado face ao ano anterior.

A carteira de depósitos aumentou 15,8%, atingindo 139,5 mil milhões de meticais (2,1 mil milhões de dólares), enquanto o passivo total cresceu 8,3%, para 155,1 mil milhões de meticais (2,4 mil milhões de dólares) no final do ano.

O Standard Bank Moçambique é um banco privado constituído em 1967, com sede em Maputo. Tem como empresa-mãe e accionista maioritário o Stanbic Africa Holdings Limited, que detém 98,15% do capital social e é integralmente detido pelo Standard Bank Group. Os restantes 1,85% do capital são detidos por accionistas minoritários.

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Pequenas e Médias Empresas apontam o Estado como “Maior Devedor”



O presidente da Associação das Pequenas e Médias Empresas (APME), Pedro Silva, criticou o Governo por ser o maior devedor das PME no País, alertando que a situação está a “matar” o sector.

“Devemos olhar para os empresários (...). Não pode [o Estado] continuar a tardar 60 ou 90 dias para receber as suas facturas. O Governo não pode ser o maior devedor das PME, pois está a matar a área”, afirmou o responsável citado pela Lusa.

Pedro Silva apontou ainda que os atrasos no pagamento de facturas compromete a liquidez das Pequenas e Médias Empresas e dificulta o funcionamento regular das suas actividades. “Se queremos fortalecer as PME, não podemos deixá-las para último lugar, vamos defender as suas necessidades”.

O presidente da APME acrescentou que o fortalecimento das PME é deter-

minante para dinamizar a economia nacional, defendendo maior atenção às necessidades do sector e políticas que permitam garantir maior circulação de recursos na economia.

Recentemente, a Federação Moçambicana de Empreiteiros (FME) acusou o Estado de acumular dívidas de mais de 219,8 milhões de euros em obras de construção de estradas, alertando que as empresas estão a fechar por falta de pagamentos.

“É um montante muito alto e as empresas já perderam capacidade. Até, inclusive, as grandes empresas já estão a recorrer à banca para pagar salários, o que é grave, enquanto o certo seria ir à banca para fazer investimentos e executar as obras”, considerou o presidente da FME, Bento Machaila, em conferência de imprensa, realizada em Maputo.

Machaila acrescentou que a dívida é muito alta e que a FME não tem prova

de que o Ministério das Finanças tenha pagado todo o montante acumulado em dez anos, incluindo o valor das intervenções das firmas por causa dos últimos ciclones registados nas regiões Norte e Centro do País, como foi alegado pelo Governo.

O responsável recordou que o País precisa agora dessas empresas para resolver os problemas actuais causados pelas cheias e inundações nesta época chuvosa, que termina em Abril, e que, só em estradas, já afectou cerca de sete mil quilómetros no território nacional.

“Sem capacidade financeira, vai ser difícil atender às solicitações. O que vai acontecer é o que estamos a ver agora: as empresas internacionais é que deverão fazer esses trabalhos e facturar, como tem acontecido, infelizmente. Se o empreiteiro não é pago adequadamente, perderá capacidade de tesouraria para investir nas obras”, lamentou.

Moza Banco reforça solidez financeira e melhora indicadores operacionais em 2025



O Moza Banco encerrou o exercício de 2025 com uma melhoria dos principais indicadores operacionais e de risco, reforçando a solidez do seu balanço num contexto económico desafiante, marcado pela contracção da actividade económica nacional.

Neste contexto, o Banco adoptou uma abordagem prudente e disciplinada, focada no fortalecimento estrutural da sua posição financeira e na melhoria da qualidade dos seus activos. O desem-

penho operacional manteve-se positivo ao longo do exercício. O Resultado Bruto de Exploração registou um crescimento de 47,6%, atingindo MZN 1.739 milhões, face aos MZN 1.178 milhões registados no ano anterior, evidenciando a capacidade do Banco em gerar valor operacional de forma consistente.

De acordo com um comunicado publicado na página oficial do banco, a sua base de clientes manteve uma

trajectória de crescimento, com a entrada de mais de 43 mil novos clientes, totalizando 305.571 clientes, o que representa um aumento de 16,5% face ao período homólogo. Em paralelo, os recursos de clientes cresceram MZN 3.586,6 milhões (+7,1%), situando-se em MZN 53.782 milhões, evidenciando a confiança contínua dos clientes na instituição.

Ao nível da transformação digital, o

Banco registou um aumento de 15,6% no número de utilizadores activos e um crescimento de 26,3% no volume de transacções, em resultado dos investimentos realizados na modernização tecnológica, incluindo o lançamento da nova plataforma de Internet e Mobile Banking, que reforçou a experiência do cliente e contribuiu para ganhos de eficiência operacional.

A publicação refere que a transformação digital mantém-se como um pilar estratégico, suportando a melhoria contínua dos serviços, o reforço da proximidade com os clientes e a modernização do modelo de negócio.

No plano da gestão de risco, o Moza Banco reforçou de forma significativa as imparidades e intensificou a gestão da carteira de crédito, com foco no reforço dos níveis de cobertura, bem como na redução de exposições de maior risco, no quadro de uma estratégia deliberada de optimização do balanço, em alinhamento com as melhores práticas prudenciais.

Por outro lado, em 2025, no âmbito do Aviso n.º 16/BdM/2013 do Banco de Moçambique, o Moza Banco procedeu ao alinhamento da sua política de regularização de activos de crédito, adoptando critérios mais prudentes e atempados baseados na recupera-

bilidade efectiva das exposições. Esta actualização incidiu sobretudo sobre operações históricas já integralmente provisionadas, sem impacto material na actividade operacional, liquidez, fundos próprios ou rácios prudenciais do Banco.

Como resultado desta actuação, o rácio de crédito em incumprimento (NPL EBA) registou uma redução de 12,50% em 2024 para 3,94% no fecho de 2025, evidenciando uma melhoria significativa da qualidade dos activos e do perfil de risco do Banco.

A carteira de crédito registou uma redução de 29,4%, no âmbito de uma actuação deliberada de optimização da carteira e de uma abordagem mais selectiva na concessão. Não obstante, o Banco manteve o seu compromisso com o financiamento à economia, tendo concedido novos créditos no montante de MZN 1.920,6 milhões, mantendo o apoio activo a empresas e particulares.

Os rácios prudenciais mantiveram-se sólidos, com o rácio de solvabilidade a situar-se em 14,46% e o rácio de liquidez em 47,29%, ambos acima dos níveis regulamentares, confirmando a robustez financeira do Banco e a sua capacidade de absorver impactos extraordinários.

O resultado líquido do exercício, negati-

vo em MZN 3.919,5 milhões, reflecte sobretudo medidas extraordinárias e não recorrentes de reforço da cobertura de risco e optimização do balanço, destinadas a posicionar o Banco de forma mais sólida para os próximos ciclos de crescimento.

Importa sublinhar que a actividade operacional do Banco manteve-se positiva ao longo do exercício, tendo o Banco optado por utilizar essa capacidade para reforçar a sua posição financeira e acomodar, de forma prudente, impactos associados a exposições de períodos anteriores.

Para o então Presidente do Conselho de Administração do Moza Banco, Manuel Soares, "2025 foi um ano de decisões responsáveis e estruturantes. Reforçamos de forma significativa a qualidade dos nossos activos e a solidez do balanço, permitindo-nos entrar num novo ciclo com um Banco mais robusto, resiliente e melhor preparado para crescer de forma sustentável."

O Moza Banco reafirma, assim, o seu compromisso com um modelo de crescimento responsável, assente na prudência, disciplina e criação de valor sustentável para os seus Clientes, Accionistas contribuindo activamente para o desenvolvimento da economia nacional.

Acordo entre UEM e Moza Banco aproxima academia do sector financeiro



O Moza Banco e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) assinaram um protocolo de parceria que visa reforçar a ligação entre o meio académico e o sector financeiro, promovendo o desenvolvimento de talento local e a criação de soluções inovadoras com impacto na economia nacional.

O memorando foi assinado pelo presi-

dente da Comissão Executiva do Moza Banco, Manuel Soares, e pelo reitor da UEM, Manuel Guilherme Júnior, na presença de representantes das duas instituições.

A parceria surge num contexto em que Moçambique procura acelerar a transformação digital, a inclusão financeira e a capacitação técnica da juventude, através de modelos de colaboração mais

próximos entre academia e sector empresarial.

Neste âmbito, estudantes da UEM passarão a participar em iniciativas práticas ligadas a desafios reais do sector financeiro, contribuindo para o desenvolvimento de soluções com potencial de aplicação no Banco e adquirindo experiência alinhada com as exigências do mercado.

PMES alemãs e moçambicanas formalizam parcerias comerciais



O Instituto moçambicano para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME) assinou uma carta de intenções com a Associação Alemã de Pequenas e Médias Empresas (BVMW), com o objectivo de criar parcerias comerciais, bem como estimular o desenvolvimento da capacidade empresarial das PME nacionais.

“O acordo visa igualmente promover a inovação, digitalização, internacionalização, promoção de missões empresariais e a integração de Pequenas e Médias Empresas em cadeias de valor internacionais”, avança uma informação divulgada num comunicado.

De acordo com o documento, a cerimónia de assinatura contou com a presença do ministro de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Fernando Rafael, no âmbito da sua participação na Conferência de Investimentos, que teve lugar nos dias 14 a 15 de Abril último, em Berlim, na Alemanha.

Na ocasião, o governante avançou que Moçambique não busca por capital passageiro, mas de parceiros estratégicos, enfatizando que o País deseja investimentos na economia real, criação de empregos, transferência de tecnologia e cooperação orientada para resultados concretos.

Na mesma intervenção, o ministro destacou oportunidades nas áreas da infra-estrutura, energia, habitação, agroindústria, logística, água, saneamento, recursos hídricos, digitalização e certificação de Micro, Pequenas e Médias Empresas, apresentando Moçambique como um País com localização estratégica, mercado em crescimento e vontade política para aprofundar as relações económicas com a Alemanha.

Fernando Rafael sublinhou que a participação na Conferência de Investimentos em Berlim serviu para apresentar oportunidades de investimento, fortalecer os contactos com parceiros institucionais e empresariais e consoli-

dar entendimentos com potencial de cooperação em áreas estratégicas para o desenvolvimento do País.

Nos últimos anos, as relações entre Moçambique e a Alemanha têm-se fortalecido em diferentes áreas, reflectindo uma parceria de longa data assente no diálogo político, na cooperação para o desenvolvimento, no intercâmbio cultural e no crescimento das relações económicas.

A Alemanha, enquanto um dos parceiros estratégicos do País na União Europeia (UE), tem desempenhado um papel relevante em iniciativas que vão desde o apoio à boa governação e à educação, até à promoção de energias renováveis e da formação profissional.

Em Outubro passado, as duas nações comemoraram 40 anos de cooperação formal, e até aquele período já tinham sido implementados em Moçambique, projectos avaliados em 1,8 mil milhões de euros.



NOVO BANCO.
NOVAS IDEIAS.



SOCIETE GENERALE
MOÇAMBIQUE

ESTRATÉGIA “VISÃO 2030”

Grupo Vodacom destaca crescimento em Moçambique



O grupo Vodacom destacou o desempenho da operação moçambicana como um dos factores que sustentaram o crescimento internacional do grupo no exercício financeiro terminado a 31 de Março de 2026, período marcado pelo arranque da estratégia “Visão 2030” e por resultados acima das metas traçadas pela operadora, segundo informou o portal Engineering News.

Segundo os resultados anuais recentemente divulgados, a empresa registou um crescimento de dois dígitos nas receitas e nos lucros, beneficiando do desempenho robusto das operações em vários mercados africanos, entre os quais Moçam-

bique, Tanzânia, República Democrática do Congo, Lesoto e Egipto.

As receitas do grupo cresceram 10,1% para cerca de 9,1 mil milhões de dólares, enquanto o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) aumentou 12,8%, fixando-se em aproximadamente 3,4 mil milhões de dólares.

O presidente executivo da Vodacom, Shameel Joosub, afirmou que o grupo iniciou “de forma sólida” a implementação da estratégia “Visão 2030”, sublinhando que o desempenho das operações internacionais demonstrou resiliência e capacidade de expansão.

“O nosso portefólio diversificado continua a demonstrar resiliência em diferentes geografias”, afirmou o gestor, destacando igualmente o forte crescimento registado no Egipto e o desempenho positivo das operações internacionais.

Embora a empresa não tenha divulgado dados financeiros específicos sobre Moçambique, o mercado moçambicano foi referido entre os que contribuíram para a estabilidade das receitas de serviços do grupo, numa altura em que a operadora continua a expandir os serviços digitais e financeiros no continente africano.

A Vodacom indicou ainda que a base total de clientes aumentou 12,3%, para 237,3 milhões de utilizadores nos oito mercados onde opera, superando a meta anual definida na estratégia Visão 2030.

Durante o período em análise, os serviços financeiros do grupo cresceram 19,6%, gerando receitas de cerca de 911,8 milhões de dólares, impulsionados sobretudo pelas áreas de pagamentos digitais, seguros, poupança e crédito.

A empresa anunciou igualmente o reforço da sua ambição estratégica, prevendo alcançar 275 milhões de clientes até 2030, acima da meta anterior de 260 milhões.

No exercício financeiro de 2026, o grupo investiu aproximadamente 1,3 mil milhões de dólares em infra-estruturas, modernização da rede e expansão da conectividade digital, incluindo a instalação de novos sites 4G e 5G em vários mercados africanos incluindo Moçambique.

■ PUBLICIDADE



MODERN TECHNOLOGIES IN RAILWAYS AND OIL & GAS



- MANUTENÇÃO DE TUBAGEM, TANQUES E COMPONENTES MECÂNICOS, NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GAZ;
- MANUTENÇÃO DE TODO TIPO DE CARRIS NA INDÚSTRIA FERROVIÁRIA;
- TESTAGEM NÃO DESTRUTIVA (NDT).

SÃO AS NOSSAS ESPECIALIDADES E O NOSSO DIFERENCIAL

www.tatos.co.mz



Alta Tecnologia em NDT



ANUNCIE SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS,
AQUI A SUA MARCA CHEGA MAIS LONGE!



Ficha Técnica

Propriedade:

ACIS

Sede:

Bairro Palmeiras 1, Rua João de Barros
nº 270 - Beira - Moçambique

Sucursal:

Bairro da Sommerschild,
Rua António Simbine nº114 - Maputo

Contactos:

Telf: +258 82 2434188 | +258 822 434 164

+258 82 2434188

Email: acisadmin2@acismoz.com
aciscoms@acismoz.com

Presidente do Conselho de Gerência

Tomás Timbane

Redação e Edição:

Arnaldo Langa

Periodicidade:

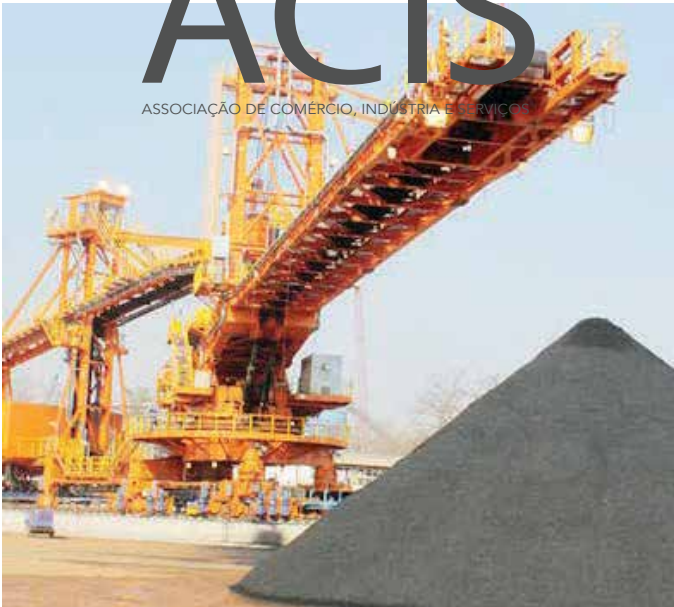
Mensal

Coordenação:

ACIS

Layout e Maquetização:

ALEX MATSINHE DESIGN E.I



PARCEIROS



member of MORAIS LEITÃO LEGAL CIRCLE





TABELA DE PUBLICIDADE NO BOLETIM INFORMATIVO
VOZ DO EMPRESÁRIO

TAMANHO DA PÁGINA	LOCALIZAÇÃO DA PÁGINA	CUSTO (MT) POR EDIÇÃO
1	Página Par / Página Impar	8.000,00 / 6000,00
1/2	Página Par / Página Impar	5000,00 / 4000,00
1/4	Página Par / Página Impar	3500,00 / 3000,00
Rodapé	Pagina Par / Página Impar	2000,00 / 1500,00

Sede: Bairro Palmeiras 1, Rua João de Barros, nº270, Beira
Sucursal: Bairro da Sommerschield, Rua António Simbine, nº 114, 1º andar, Maputo
Website: www.acismoz.com
Tel: +258 82 243 4188 / +258 82 627 0600
Email: acisadmin2@acismoz.com
aciscoms@acismoz.com

PROMOVENDO E DESENVOLVENDO NEGÓCIOS

SOBRE ACIS

A Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS) é uma pessoa colectiva de direito privado, com fins não lucrativos, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Fazem parte desta agremiação, pequenas, médias e grandes empresas dos ramos industrial, comercial e prestação de serviços, que operam no território nacional moçambicano, independentemente da sua origem.

MISSÃO

A missão da ACIS é promover, apoiar e proteger os interesses empresariais e de negócios dos seus membros, de forma particular e das empresas em geral que operam em Moçambique; Fornecer informações, suporte e treinamento para as empresas; lobby e advocacia em prol dos membros e do Sector privado em geral. Na sua actuação a ACIS pauta pelos princípios de boa Governação e Gestão Organizacional.

VISÃO

Um sector empresarial cada vez mais produtivo e competitivo, com contributos significativos para geração de emprego e riqueza e capaz dinamizar o processo de desenvolvimento económico e social do País.

ENDEREÇO / ADDRESS Bairro Palmeiras 1, Rua de Barros nº 270 - Beira - Moçambique
Sucursal: Bairro da Sommerchield, Rua António Simbine, n 114, Maputo
Moçambique

e-mail aciscoms@acismoz.com
acisadmin2@acismoz.com